

BAMBURRA

Planejamento e Economia Mineral Ltda.

Caixa Postal: 37005 - 22.622-970
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Fone: (+ 55) (21) 2439-8153 / 2449-1756
Fax: (+55) (21) 2493-2881 / 2439-8153
E-mail: info@bamburra.com
Web Site: <http://www.Bamburra.com>

Entrevista ao Geólogo.com

Abril, 2003.

Não Publicada

1) Como foi o início de sua carreira como economista na mineração?

- Obtive a graduação em economia em 1972, pela UFRJ. Ao final de 1972, participei dos exames para o mestrado em economia, na FGV, e em engenharia de produção, na COPPE. Fui aprovado na COPPE e fiquei como excedente na FGV;
- À época, o MME, por intermédio do PLANFAP e em convênio com a FGV, conduzia 2 programas de pós-graduação, em nível de especialização: economia mineral e economia energética. Esses programas eram destinados à capacitação dos técnicos do ministério, assim como à contratação de novos quadros. Face ao convênio existente com a FGV, o PLANFAP convidava os classificados como excedentes, por ordem de classificação e de acordo com suas necessidades, para participar do programa. Além de uma bolsa de estudo superior (dobro) a oferecida pela FGV e pelo COPPE, os aprovados tinham contratação garantida ao final do curso. Em linhas gerais, tratava-se de um curso com 8 meses de duração, em tempo integral, com carga horária equivalente a dois cursos de MBA, segundo os formatos praticados no País. Analisei as duas alternativas e optei pelo curso de economia mineral;
- No período 1973-1978, trabalhei no DNPM (9º Distrito) e em Brasília na Divisão de Economia Mineral, onde respondia pela Seção de Estudos e Análises. No período 1978-1986, trabalhei no Instituto de Planejamento do IPEA, também em Brasília, como técnico de planejamento responsável pela área de mineração. Durante esse período, entre outras atividades, fui representante da SEPLAN no Grupo Executivo da Indústria de Mineração – GEIMI. A partir de 1986, voltei a residir no Rio de Janeiro e me posicionei profissionalmente como consultor independente especializado em economia mineral;

2) Como começou a Bamburra e em que áreas ela se especializou?

- Após alguns anos de dedicação integral à consultoria, sentia falta de uma estrutura que me permitisse maior flexibilidade operacional e, principalmente, contábil e fiscal. Em 1993, criei a Bamburra – Planejamento e Economia Mineral Ltda. Nesse contexto, a depender do cliente e do contrato, posso operar seja como consultor independente e/ou sob a chancela da empresa;
- As áreas de especialização são o planejamento estratégico e a economia mineral. Essa dicotomia é motivada (explicitada) por questões de comunicação na medida em que, por definição, a área de economia mineral contempla, entre inúmeras outras áreas, o planejamento. Face à amplitude, à natureza e à diversidade dos nichos de prestação de serviços, tanto sob a ótica privada quanto governamental, que estão associados à economia mineral optei por focar exclusivamente nessa área o objetivo da empresa. Parto da premissa conceitual de que uma equipe multidisciplinar e experiente estruturada com especialistas em economia mineral, desde que opere devidamente articulada com as demais equipes técnicas, é mais eficiente e eficaz para um projeto ou empresa em particular;
- Na verdade, sou relativamente cético quanto a adoção do enfoque *one stop shopping* na consultoria para a mineração. As empresas que seguem esse conceito, de um modo geral, apenas tangenciam a economia mineral focando fundamentalmente a área de estudos de mercado, de avaliação financeira de jazidas e estudos de viabilidade. A economia mineral é vista como um complemento ao núcleo fundamental dos seus negócios de prestação de serviços voltados para avaliação de jazidas, engenharia básica e de detalhamento etc. Essas empresas usualmente não dispõem de uma equipe especializada e acabam improvisando com a alocação (tempo parcial) de profissionais mais experientes. É uma questão de cultura organizacional e de prioridades. Com base no exposto, não me surpreende que, muitas vezes, nos

estudos de viabilidade os segmentos inerentes ao “módulo” da economia mineral apresentem qualidade notoriamente inferior aos demais. Paradoxalmente, esta interface é a mais crítica para o processo decisório na medida em que decodifica, consolida e formata todos os demais estudos situados à montante do processo oferecendo uma visão integrada e especificamente orientada às necessidades dos investidores e financiadores. Reside justamente nessa interface, o diferencial que nos propusemos a explorar. Para uma visão desagregada da prestação de serviços em economia mineral, sob as óticas pública e privada, sugere-se uma visita ao site da empresa.

3) Como você vê a percepção do estrangeiro sobre o governo Lula?

- No campo macroeconômico, como atesta o comportamento de inúmeros indicadores, acho que é positiva. A consistência do núcleo central da política econômica parece estar assegurada. É natural que sejam introduzidos ajustes finos e aperfeiçoamentos, mas não há nada sinalizando alterações bruscas na condução da política econômica, pelo menos no curto e no médio prazos. Por outro lado, o cenário político sugere que finalmente o País irá promover as reformas necessárias - com destaque para a tributária e da previdência – para uma ingressar em uma trajetória de crescimento sustentável. Confirmadas essas expectativas, em termos de competitividade e clima de negócios o maior desafio parece residir no legado energético face aos prazos requeridos para equacionamento da questão .

4) Que rumos estamos tomando?

- No campo macroeconômico, a minha expectativa é que sejam introduzidas ponderações e correções parciais de rumo que contemplem algumas

necessidades e especificidades da economia brasileira que estavam relegadas a um segundo plano, a saber: mercado interno, pequenas e médias empresas, inclusão social, planejamento de longo prazo, política industrial etc. Naturalmente, espera-se que essas correções estejam em sintonia com os postulados básicos do núcleo central da política econômica e não resvalam para exercícios de assistencialismo, pirotecnia e pajelança econômica que alguns segmentos mais desarticulados parecem irresistivelmente atraídos. Neste particular, a depender da dosagem e principalmente dos critérios e mecanismos que venham a ser adotados para reorientar e reforçar a dimensão social da ação pública o resultado poderá ser positivo;

- Conceitualmente, em nível do setor mineral, essa agenda poderá ser positiva na medida em que descortina uma janela adicional para inserção setorial. Face às suas características, a cadeia de negócios associada ao setor mineral – *minebusiness* - encerra uma série de vantagens comparativas que, devidamente explicitadas e fundamentadas, poderão impactar positivamente a ambiência dos negócios.

5) O que temos que mudar no Brasil para evoluir na mineração?

- Bom, antes de responder vou checar se os demais companheiros foram submetidos a esse questionamento...Sem a pretensão de esgotar o assunto e em nome da síntese acredito que a disfunção fundamental da mineração brasileira reside na baixíssima densidade de economia mineral – conceitos, metodologias, técnicas, indicadores e estudos de suporte – inserida no processo decisório público. Essa disfunção permeia todo o espectro da ação de governo, desde a alocação de capital no levantamento básico, estatísticas, indicadores, sistemas de informações, fluxo de fundos, ...até as iniciativas de fomento às exportações de mármore e granitos, para citar um exemplo bem específico e mais à jusante. Todos os principais países de vocação mineira

dispõem de um segmento voltado à economia mineral bem estruturado. Tanto no setor governamental quanto no setor privado. O Brasil é um dos mais atrasados, mesmo quando comparado aos nossos vizinhos latino americanos, como Chile, Peru e, pasmem, até mesmo a Argentina no contexto do sistema de informações do governo federal e do seu nível de articulação com os governos provinciais;

- Para caracterizar o grau da alienação no gerenciamento do setor basta fazer a seguinte pergunta: quais são os projetos de expansão e de implantação do setor minero-industrial? Essa e dezenas de outras questões fundamentais não são respondidas há pelo menos 15 anos. Por outro lado, parece não haver nenhum desconforto com a situação. A bem da verdade, após o início auspicioso da Seção de Economia Mineral no DNPM do Rio de Janeiro, sob a batuta do Aécio Gomes da Costa, as iniciativas direcionadas a robustecer a componente, explícita e implícita, da economia mineral na ação de governo se perderam ao longo dos anos 80. Com algumas exceções, a quantidade e a qualidade dos indicadores, das estatísticas e dos estudos de suporte é menor e inferior ao que se dispunha em meados da década de 70! Não obstante, os desafios se multiplicaram e são muito mais complexos. Como exemplo, basta mencionar a inserção do desenvolvimento sustentável.